

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.430 - SP (2019/0298432-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : FFE CONSTRUÇOES, INCORPORACOES E PARTICIPACOES
LTDA
ADVOGADO : ANDREI BRIGANÓ CANALES - SP221812
AGRAVADO : LOURIVAL RIBEIRO DE LIMA
ADVOGADOS : THAIS SBERVEGLIERI BALDASSIN - SP166939
RODRIGO CAMARGO KALOGLIAN - SP172014

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por FFE CONSTRUÇOES, INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA em face da decisão acostada a fls. 287-288 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 216-220 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

Indenização por danos materiais. Preliminares afastadas. Inexistência de nulidade da sentença. Revelia corretamente decretada. Carta de citação enviada ao endereço da requerida apontado no contrato de compra e venda, devidamente cumprida por AR assinado sem qualquer ressalva do recebedor. Teoria da aparência consolidada pela jurisprudência. Ausência, no mais, de qualquer alegação de nulidade na contestação intempestivamente apresentada. Legitimidade passiva configurada. Inocorrência de prescrição ou decadência. Inaplicabilidade dos art. 26 e 27 do CDC. Desvalorização do imóvel decorrente do equívoco da vendedora na numeração dos lotes. Remarcação dos terrenos que gerou a troca do lote do autor, com presença de caixa de inspeção na calçada. Ausência de impugnação acerca da troca de lotes. Desvalorização comprovada com a juntada de avaliação técnica. Revelia que importa acolhimento do prejuízo apontado pelo autor. Sentença mantida. Recurso improvido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* art. 214 do CPC/73 (equivalente ao art. 239 do CPC/15), em conjunto com os art. 245, p.u., e 302, §4º, do CPC/73 (art. 278, p.u., e 337, §5º, do CPC/15), sustentando a nulidade de sua citação, pois enviada por correio para endereço desatualizado da empresa e recebida por pessoa que não integra o quadro de funcionários dessa; *(ii)* art. 26, inc. II, do CDC em conjunto com aos art. 193 do Código Civil e 219, §5º, do CPC/73, defendendo a decadência do direito do autor, uma vez que não fora formulada reclamação no prazo de noventa dias; *(iii)* art. 333, inc. I, do CPC/73, afirmando não ser sido demonstrada a existência de vício; *(iv)* art. 405 do Código Civil, afirmando que os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado da condenação.

Teceu considerações sobre não ser parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Contrarrazões a fls. 280-286 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre indicando insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada a fls. 293-325 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. 443-448 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. Não comporta acolhimento a tese relativa a ofensa aos artigos 214 do CPC/73 (equivalente ao art. 239 do CPC/15), em conjunto com os artigos 245, p.u., e 302, §4º, do CPC/73 (art. 278, p.u., e 337, §5º, do CPC/15) por demandar reexame das provas contidas nos autos.

Em síntese, o acórdão recorrido afastou a alegação de nulidade da citação, pois a carta fora enviada para o endereço constante no contrato e compra e venda e recebida por pessoa que não formulou qualquer ressalva, vindo a requerida a apresentar contestação apenas um dia após escoado o prazo para defesa. Aplicou-se, assim, a teoria da aparência para considerar a ora insurgente revel.

Transcreve-se excerto pertinente (fl. 218 e-STJ, sem grifos no original):

No atinente à citação da ré, a Carta de citação foi expedida com o endereço constante no contrato de compra e venda (fl. 14), tendo sido devidamente cumprida em 12.08.2014 (fl. 48) e juntada aos autos em 20.08.2014, conforme andamento processual. A contestação, contudo, foi protocolada intempestivamente, conforme certidão de fls. 127, razão pela qual fora decretada a sua revelia e julgada procedente a ação.

Anote-se, por importante, que a contestação intempestivamente apresentada sequer arguiu qualquer vício no ato citatório, tendo suscitado a nulidade tão somente após a decretação de sua revelia.

Não há que se falar, portanto, em inexistência de citação, considerando que a carta de Citação foi devidamente recebida sem qualquer ressalva do recebedor, tendo a requerida tomado conhecimento do feito, já que peticionou nos autos em 05.09.2014 (fls. 49/61), um dia após escoado o prazo para defesa. E há muito se pacificou a jurisprudência na direção da validade da citação postal com AR feita no endereço da ré, ainda que recebida por terceiros, tudo pelo prestígio emprestado à teoria da aparência

A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a citação ter ocorrido no endereço constante do contrato de compra e venda e, ainda, formar quadro fático inteiramente novo, abarcando as alegações de mudança de endereço e recebimento da carta por pessoa estranha aos quadros da empresa. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. NULIDADE DA CITAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CARTA DE CITAÇÃO ENVIADA AO ENDEREÇO DA APELANTE. RECEBIMENTO EFETUADO POR EMPREGADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, é válida a cientificação da pessoa jurídica efetivada na sede ou filial da empresa a uma pessoa que não recusa a qualidade de funcionário.

2. Some-se a isso, que, no âmbito das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ, firmou-se entendimento no sentido de que é válida a citação de pessoa jurídica por via postal, quando remetida a carta citatória para o seu endereço, independentemente da assinatura no aviso de recebimento (A.R.) e do recebimento da carta terem sido efetivados por seu representante legal.

3. É vedado em recurso especial o reexame das circunstâncias fáticas da causa, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial." 4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1530013/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 22/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE.

1. Inviabilidade de se aferir, na presente esfera recursal, a ocorrência de suposta nulidade de citação, rechaçada pela Corte de origem com amparo nos elementos fático-probatórios constantes dos autos, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

2. Consoante jurisprudência desta Corte, não há imposição legal de expedição de ofícios às repartições públicas, para fins de localização do réu tido em local incerto ou não sabido, cuja necessidade deve ser analisada no caso em concreto. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1823384/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 12/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ADMINISTRATIVO.

AÇÃO DE COBRANÇA. CONSUMO DE ÁGUA. DISCUSSÃO SOBRE A NULIDADE DA CITAÇÃO. ALEGADA NÃO APLICABILIDADE DA TEORIA DA APARÊNCIA. AFIRMADA OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. QUESTÕES ATRELADAS AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1718128/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 11/05/2018)

2. Tampouco ultrapassa o conhecimento as supostas afrontas aos art. 26, inc. II, do CDC em conjunto com aos art. 193 do Código Civil e 219, §5º, do CPC/73. Compete à parte recorrente, nas razões do recurso especial, impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, sob pena de a deficiência das razões recursais atrair os óbices dos enunciados nº 283 e nº 284 da Súmula do STF. Nesse sentido, cita-se precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o exame da pretensão recursal, no sentido de se verificar que a planilha apresentada pelo exequente não indica detalhadamente os índices, critérios e valores adotados na evolução da dívida, seria necessária nova análise dos elementos fáticos dos autos, inviável em recurso especial.

3. **O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 09/12/2016)

Depreende-se da leitura do aresto estadual que a Corte de origem rejeitou a aplicação das normas decadenciais contidas no diploma consumerista, entendendo ser aplicável ao caso a prescrição trienal do art. 206, §3º, do Código Civil.

Veja-se (fls. 219-220 e-STJ, sem grifos no original):

Anote-se a inaplicabilidade dos art. 26 e 27 do CDC ao caso, porquanto não se trata de vício aparente, tampouco de fato do produto (art. 12), mas sim de reparação de danos decorrentes de desvalorização do imóvel por não corresponder ao exato objeto adquirido mediante contrato de compra e venda.

A causa de pedir, assim, não se fundamenta em erro decorrente do projeto ou da construção, tampouco de insuficiência de informações ou de vício existente no imóvel, mas sim do prejuízo causado ao comprador pela falha da ré em alienar lote de numeração diversa, gerando a remarcação dos terrenos e a alocação, para o autor, do imóvel com a presença de caixa de inspeção na calçada.

Aplica-se ao caso, portanto, o prazo previsto no art.

206, §3º, V do Código Civil, de modo que não configurada a prescrição, notadamente porque o autor somente teve conhecimento da desvalorização do terreno com a elaboração da avaliação imobiliária por técnico competente, em 19.12.2013 (fl. 25)

Caberia à insurgente demonstrar o desacerto do acórdão recorrido, expondo as razões pelas quais a causa de pedir se enquadraria em erro do projeto o da construção, indicado como violados os dispositivos legais correspondentes a essa argumentação.

Ausente essa fundamentação nas razões recursais, incidem os óbices contidos nos enunciados da Súmula do STF nº 283: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos êles"* e nº 284: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

3. Consoante a jurisprudência deste Tribunal, não é possível aferir a violação ao artigo 333 do CPC/1973 (equivalente ao art. 373 do CPC/15) sem incursão no arcabouço fático probatório dos autos, o que não é cabível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOTA PROMISSÓRIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. DOLO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 373 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. "A Jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame" (REsp 1665411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 05/09/2017, DJe 13/09/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1199439/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. ÔNUS DA PROVA. ART. 333 DO CPC/73. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra

óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame" (STJ, REsp 1.602.794/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017). Em igual sentido: STJ, AgInt no REsp 1.651.346/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/06/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1145076/MA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 15/12/2017)

No caso em tela, o Tribunal *a quo* considerou demonstrada a configuração do dever de indenizar em virtude de troca nos lotes vendidos pela requerida ao autor, com consequente atribuição ao comprador de terreno com qualidade inferior àquele originalmente adquirido.

Cita-se trecho correspondente (fl. 220 e-STJ):

É fato incontroverso que houve a troca de lotes após a remarcação dos números equivocadamente considerados pela ré para a venda dos imóveis. Não nega a requerida que o autor de fato assinou o contrato de compra e venda em março de 2009 afim de adquirir o lote de nº 02, contudo, com a remarcação e troca dos lotes, o imóvel objeto do contrato passou a ser aquele com a caixa de inspeção.

Insurge-se a apelante tão somente contra a efetiva desvalorização do terreno, arguindo a inexistência de prejuízo quanto ao seu uso, ou de desvalorização por simples presença de “boca de lobo” sem, contudo, afastar o direito constitutivo do direito do autor, referente à troca dos lotes a que foi obrigado a se submeter, por falha exclusiva da vendedora.

E, considerando a revelia da requerida, nada há que afaste a avaliação técnica trazida pelo autor, que demonstra a desvalorização no patamar de R\$37.942,00 (fl. 25), de modo que acertada sua condenação à reparação de danos nestes termos.

Destarte, de rigor a manutenção da sentença de procedência, negando-se provimento ao recurso.

Novamente, a reforma do aresto impugnado demandaria revisitar o acervo fático-probatório dos autos, providência estranha ao recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

4. Não é possível conhecer do recurso especial quanto à indicada violação ao art. 405 do Código Civil por ausência de prequestionamento. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal."* (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

No mesmo sentido, citam-se: AgInt no REsp 1668409/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018; AgInt no REsp 1599354/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016; AgInt no AREsp 1081236/RS, Rel.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 05/09/2017.

Uma vez que o Tribunal de origem não proferiu decisão a respeito da controvérsia trazida a esta Corte superior, tampouco foram opostos embargos de declaração, é inviável conhecer o recurso especial no ponto, uma vez ausente o requisito do prequestionamento, conforme o enunciado nº 282 da Súmula do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

5. Não se afigura admissível a alegação de ilegitimidade passiva, haja vista a parte não ter correlacionado seu inconformismo a qualquer tese de afronta ou interpretação divergente de dispositivo de lei federal.

Na interposição do recurso especial, é dever da parte recorrente indicar como violado ou como objeto de interpretação divergente dispositivo de lei federal com conteúdo normativo conexo com a matéria discutida na irresignação, sob pena de a deficiência das razões recursais atraírem o óbice da Súmula 284/STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, cita-se precedente:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA PARA ASSEGURAR TRATAMENTO MÉDICO A CIDADÃO CARENTE. CONDENAÇÃO EM VERBA DE SUCUMBÊNCIA. POSSIBILIDADE. ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS QUE NÃO TÊM FORÇA NORMATIVA APTA À REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. VIOLAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC NÃO VERIFICADA. VERBA HONORÁRIA NÃO IRRISÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. À luz da Súmula n. 284 do STF, **não se conhece de recurso especial na parte em que se alega violação a dispositivos de lei federal que não contêm comando normativo suficiente à conclusão do acórdão recorrido.** Nessa linha, não se conhece do recurso especial, quanto às alegadas violações dos arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985. (...) Agravo regimental improvido." (AgRg no Resp 1455414/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014) (sem grifos no original)

6. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator